

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA FÁBRICA DE PAPEL DO MARCO DE CANAVESES (1923-1958)

José Manuel Lopes Cordeiro

Universidade do Minho (Braga, Portugal) / CICS.UMinho / APPI/TICCIH Portugal

jmlopes.cordeiro@gmail.com

Francisco Silva Costa

Universidade do Minho (Guimarães, Portugal) / CEGOT

costafs@geografia.uminho.pt

RESUMO

A Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, que chegou a ser a maior empresa papeleira do Norte de Portugal, é hoje em dia uma ilustre desconhecida. Os autores apresentam nesta comunicação os primeiros trinta e cinco anos da sua história, com base na documentação disponível em vários arquivos, em particular no Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, que actualmente incorpora os processos da Fábrica existentes na antiga Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos. Deste modo, será dado um especial destaque às questões relacionadas com o aproveitamento das águas do rio de Galinhas, quer para a sua laboração quer como fonte energética, uma vez que tal se revelou determinante na sua actividade industrial.

PALAVRAS-CHAVE

Aproveitamento de água, conflitos por recursos hídricos, energia hidráulica, história empresarial, Marco de Canaveses.

ABSTRACT

The Marco de Canaveses Paper Mill, which came to be the largest paper company in the North of Portugal, is today an illustrious unknown. The authors present in this paper the first thirty-five years of its history, based on the documentation available in various archives, mainly in the Archive of the Agência Portuguesa do Ambiente, which currently incorporates the files of the Paper Mill in the former Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos. Thus, special attention will be given to issues related to the use of Galinhas river waters, either for its operation or as an energy source, as this was decisive in its industrial activity.

KEYWORDS

Water use, conflicts over water resources, hydraulic energy, business history, Marco de Canaveses.

Uma primeira abordagem da Fábrica de Papel do Marco de Canaveses aponta para duas características principais: primeiro, a sua localização, numa região sem grande tradição industrial papelreira, embora a condição fundamental para a sua implantação – o aproveitamento da energia hidráulica – não só tenha estado presente como constituiu um factor decisivo para que a mesma ali se localizasse. Em segundo lugar, as dimensões apreciáveis que a unidade fabril veio a adquirir ao longo do tempo, o que também lhe confere uma característica pouco usual nas unidades papelreiras deste tipo existentes naquela época.

A Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, Lda foi fundada em 26 de Junho de 1923 por uma sociedade composta por doze investidores, localizando-se as suas instalações fabris no Lugar de Cristelo, freguesia de Fornos, concelho de Marco de Canaveses (Figuras 1, 2 e 3), sendo nesta localidade onde se situava o seu escritório. O capital social era de 70 contos, repartido pelas seguintes quotas:

Quadro I

Fábrica de Papel do Marco de Canaveses: distribuição do capital social (1923)

Nome	Capital
Eng.º Avelino Joaquim Monteiro de Andrade	6.000\$00
Joaquim Monteiro de Andrade	3.000\$00
Eurico Luís Monteiro de Andrade	6.000\$00
David Luís Pereira	6.000\$00
Manuel Cardoso da Costa Oliveira	6.000\$00
José Nunes Corracha & Filhos	6.000\$00
António Barbedo de Vasconcelos	12.000\$00
Caetano Mesquita Pereira do Lago e Vasconcelos	12.000\$00
Francisco Olímpio de Andrade Pinheiro	4.000\$00
Avelino Pinto Mesquita	5.000\$00
Dr. Guilherme Machado Braga	3.000\$00
António Pinto Moreira	1.000\$00
Total	70.000\$00

Fonte: *Instituto dos Registos e do Notariado*, Arquivo Central do Porto, Notário Eduardo dos Santos Maia Mendes, escritura lavrada em 26 de Junho de 1923.

Entre os investidores – dos quais não são conhecidas relações anteriores com a indústria papelreira – destacam-se os membros da família Monteiro de Andrade, em particular o Eng.º Avelino Joaquim Monteiro de Andrade (1895-1964), natural do Porto, e que exerceu toda a sua actividade profissional na Câmara Municipal daquela cidade. Conhece-se também a profissão – empregado bancário – de Francisco Olímpio de Andrade Pinheiro, não sendo por agora possível identificar profissionalmente os restantes elementos da sociedade.

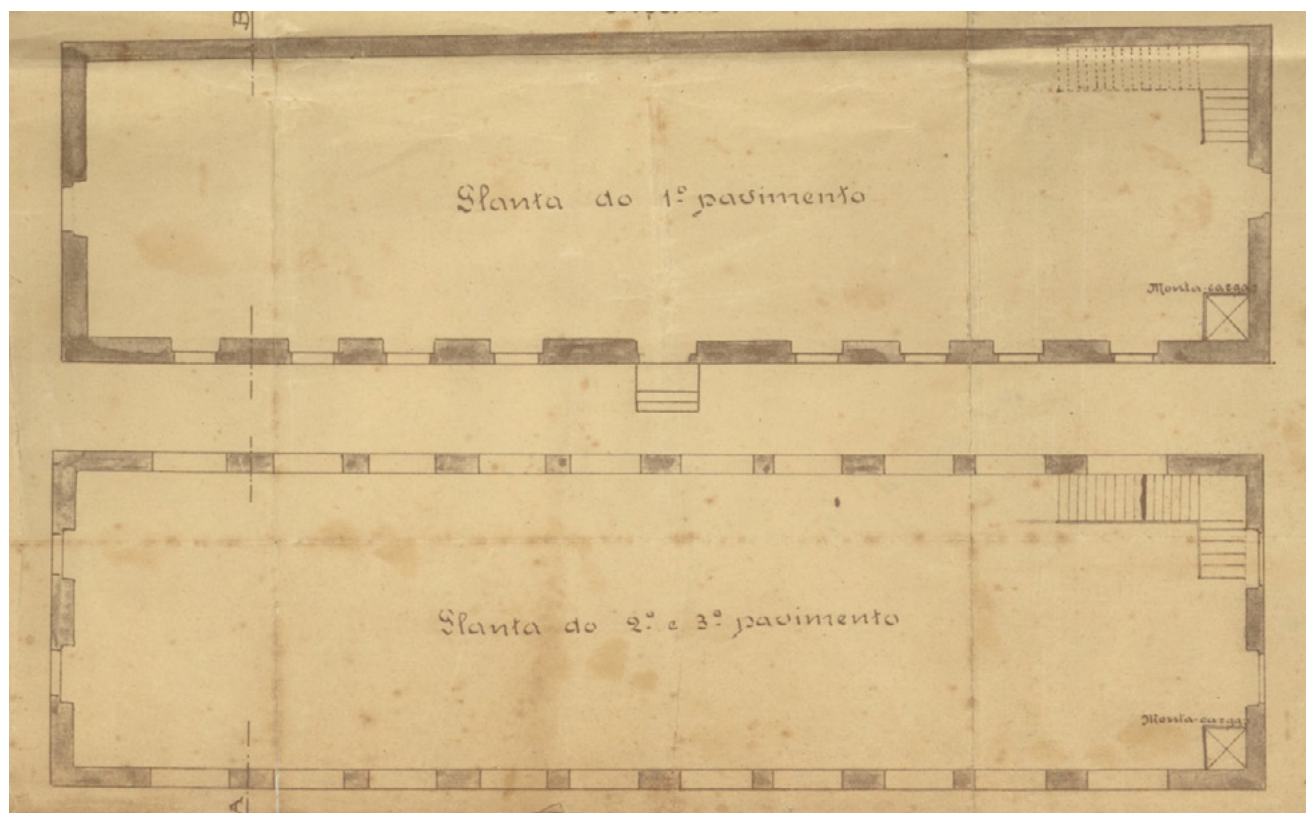


Figura 3 – Plantas dos 1.º, 2.º e 3.º pavimento. Fonte: Arquivo APA.

No primeiro biénio da sua actividade a gerência social, técnica e comercial da Fábrica era exercida pelos sócios Eng.º Avelino Joaquim Monteiro de Andrade, Avelino Pinto Mesquita, David Luís Pereira e Eurico Luís Monteiro de Andrade, cuja remuneração pelo seu trabalho seria votada em assembleia geral. Nos seguintes biénios, a gerência seria igualmente votada em assembleia geral de sócios. Ainda de acordo com a escritura de constituição da sociedade, no caso da realização de lucros estes teriam a seguinte aplicação: 5% para o fundo de reserva legal, 15% para deterioração de máquinas, canal, açude e edifício (Figuras 4 e 5), e os restantes 80% seriam divididos em partes correspondentes à quota e cada sócio. Se existissem perdas estas seriam repartidas por todos os sócios na proporção das suas quotas.

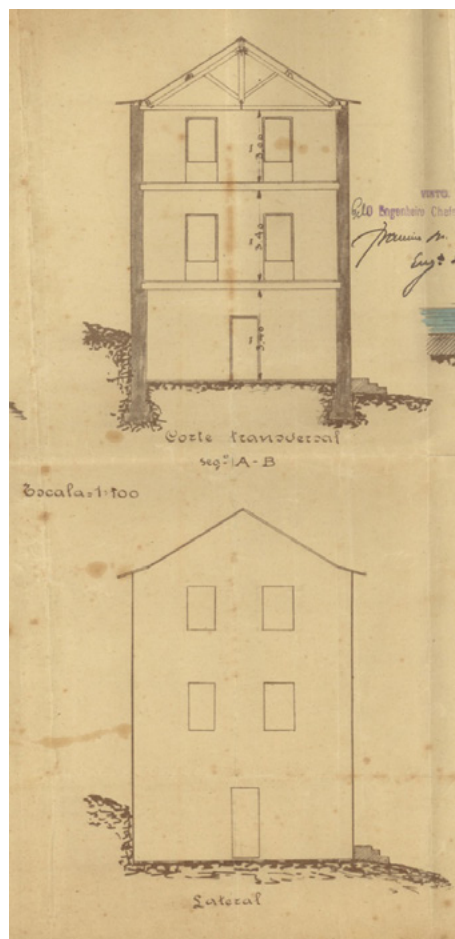


Figura 4 – Cortes transversal e lateral. Fonte: Arquivo APA.

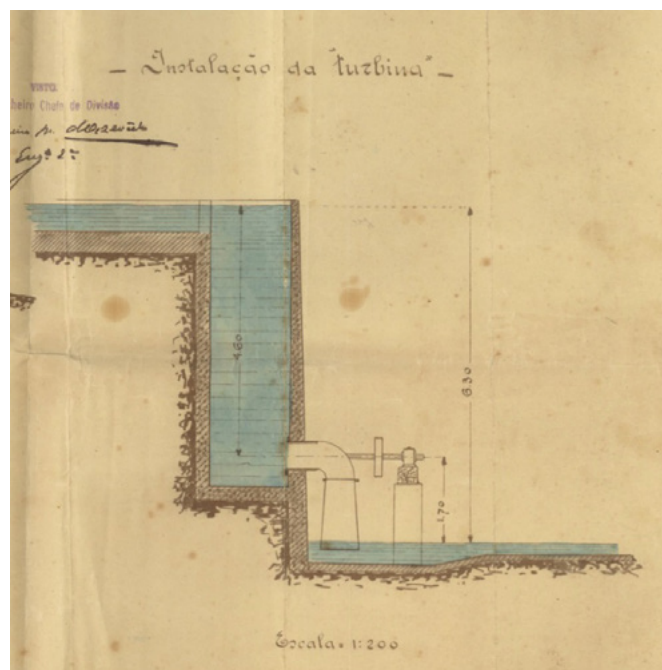


Figura 5 – Turbina hidráulica, instalada em 1924. Escala 1:200. Fonte: Arquivo APA.

A primeira iniciativa de relevo posta em prática pela gerência logo após a constituição da sociedade foi solicitar à Divisão de Hidráulica do Douro, a 17 de Março de 1924, autorização para instalar uma

turbina hidráulica de 21 CV, fabricada pela Sociedade Laurent & Collot, de Dijon, França, nos terrenos marginais do rio de Galinhas (afluente do rio Ovelha e este do rio Tâmega), no Lugar de Cristelo, de que era proprietária, a fim de aproveitar a energia das águas que aquele proporcionava. Nesse requerimento, salientava que para realizar o aproveitamento aproveitava um açude já existente no local, desviando as águas por meio de uma levada com 50 metros de extensão, também já existente, indicando que detinha em seu poder a respectiva licença para reparações do açude e da levada. O volume de água a aproveitar seria de 200 litros por segundo, e como a altura média da queda de água assim criada era de 6 metros, a potência seria de 12 cavalos-vapor. O requerimento, que de acordo com a legislação em vigor era acompanhado pelas respectivas plantas, era subscrito, em nome da sociedade, pelo Eng.º Monteiro de Andrade¹. A indicação de que tanto o açude como a levada já existiam confirma que se tratou da reutilização de um aproveitamento pré-existente, no caso de *“uns antigos moinhos de moer cereais que existiram no mesmo local da referida fábrica de papel em construção e que foram demolidos pela Sociedade requerente”*².

Após a publicação do indispensável Edital, a 24 de Abril de 1924, convidando todos os eventuais prejudicados pela instalação da turbina a apresentarem as suas reclamações, a Divisão de Hidráulica do Douro, através do Diploma de Licença n.º 128, de 22 de Julho de 1924, autorizou a Sociedade proprietária da Fábrica de Papel do Marco de Canaveses a estabelecer, na sua propriedade sita na margem esquerda do rio de Galinhas, uma turbina para o aproveitamento das águas daquele. Impunha, no entanto, algumas condições, entre as quais *“não embaraçar nem prejudicar as águas do mesmo rio, a que Pedro de Vasconcelos Soares Vieira da Mota da casa de Quintã da freguesia de Soalhães do dito concelho tem direito e que são conduzidas pela levada pertencente à mesma Sociedade, para este regar, como é de uso e costume em seu terreno marginal ao mencionado rio, a jusante da referida Fábrica”*³.

As obras de construção da Fábrica deverão ter terminado nos finais de 1925 pois no início do ano seguinte a imprensa local publicava um anúncio no qual se dizia que a mesma satisfazia quaisquer encomendas de *“papel de 1.ª e 2.ª qualidade, tipo de mercearia, em todos os tamanhos até ao limite de 1,15 X 0,80”*⁴. Para além da turbina hidráulica, a Fábrica dispunha também de duas rodas hidráulicas, de 10 CV cada, para as quais não solicitou autorização de instalação, provavelmente por corresponderem às rodas dos moinhos (azenhas) que tinham sido demolidos para permitir a sua construção.

1 Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Aproveitamento de águas do Rio de Galinhas”, Proc.º n.º 65/1924.

2 De acordo com a Comunicação de serviço n.º 2.248, de 7 de Abril de 1924. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Proc.º n.º 64/1924.

3 Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Aproveitamento de águas do Rio de Galinhas”, Proc.º n.º 65/1924.

4 A *Defesa do Marco*, Marco de Canaveses, n.º 293, de 20 de Março de 1926, p. 3.

Não são muitas as informações disponíveis sobre os primeiros anos de actividade da Fábrica, nem se encontraram fontes susceptíveis de as proporcionar. Em 1936 a Fábrica de Papel do Marco de Canaveses vai solicitar a construção de “*um alpendre em madeira e zinco, à roda do seu edifício, assim como recuperar parte do terreno que contorna a fábrica e que está dentro do Rio (Rio de Galinhas)* ...”⁵, dando assim início a um processo de expansão das instalações fabris(Figura 6).

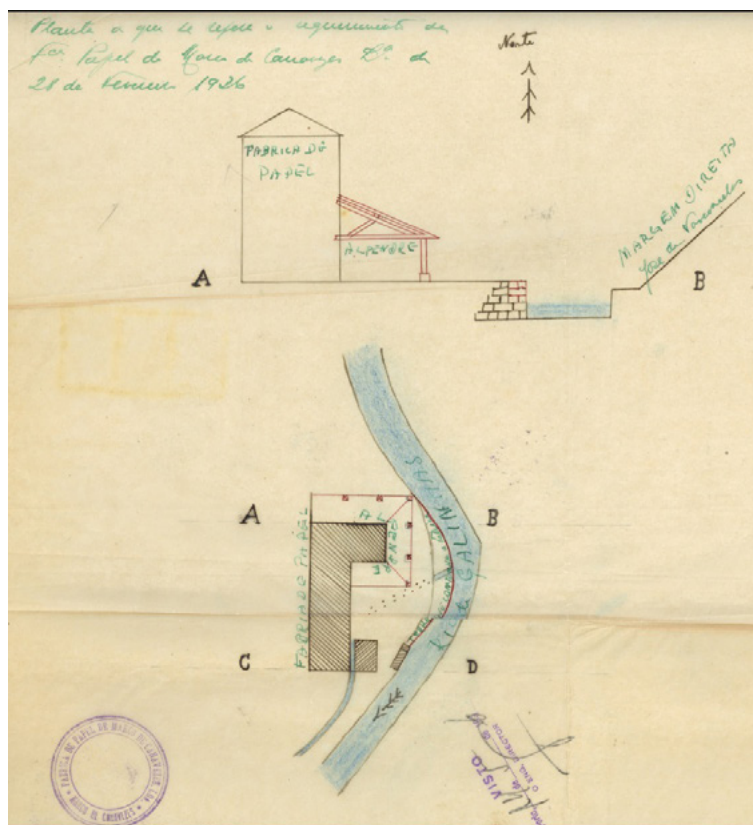


Figura 6 – Alpendre instalado em 1936. Escala 1:200. Fonte: Arquivo APA.

Talvez por essa razão, os seus equipamentos hidráulicos – duas rodas hidráulicas e uma turbina – irão ser vistoriados, em 18 de Junho de 1937. Quanto ao requerimento para a instalação do alpendre, foi autorizado a 29 de Junho de 1936, em virtude de não ter sido apresentada nenhuma reclamação contra a pretensão da Fábrica.

Três anos mais tarde, em Junho de 1939, a Fábrica de Papel apresentou um novo requerimento (Figura 7), desta vez para construir uma casa para instalação de um motor, na margem esquerda do rio de Galinhas, destinando-se esse motor à extracção de água da corrente para accionamento das máquinas da fábrica, o qual foi uma vez mais aprovado pela Direcção de Hidráulica do Douro, através do Diploma de licença n.º 704/39, com a salvaguarda, entre outras determinações, de as obras não alterarem as disposições do leito e margem da corrente, nem causar prejuízos a terceiros⁶(Figura 8).

⁵ Requerimento da Fábrica de Papel do Marco de Canaveses dirigido à Direcção de Hidráulica do Douro, em 28 de Fevereiro de 1936. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, Proc.º 220/1936.

⁶ Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Construção de uma casa para instalação de um motor”, Proc.º n.º 1.243/1939.



Figura 7 – Cabeçalho do papel timbrado da Fábrica, em 1940. Fonte: Arquivo APA.

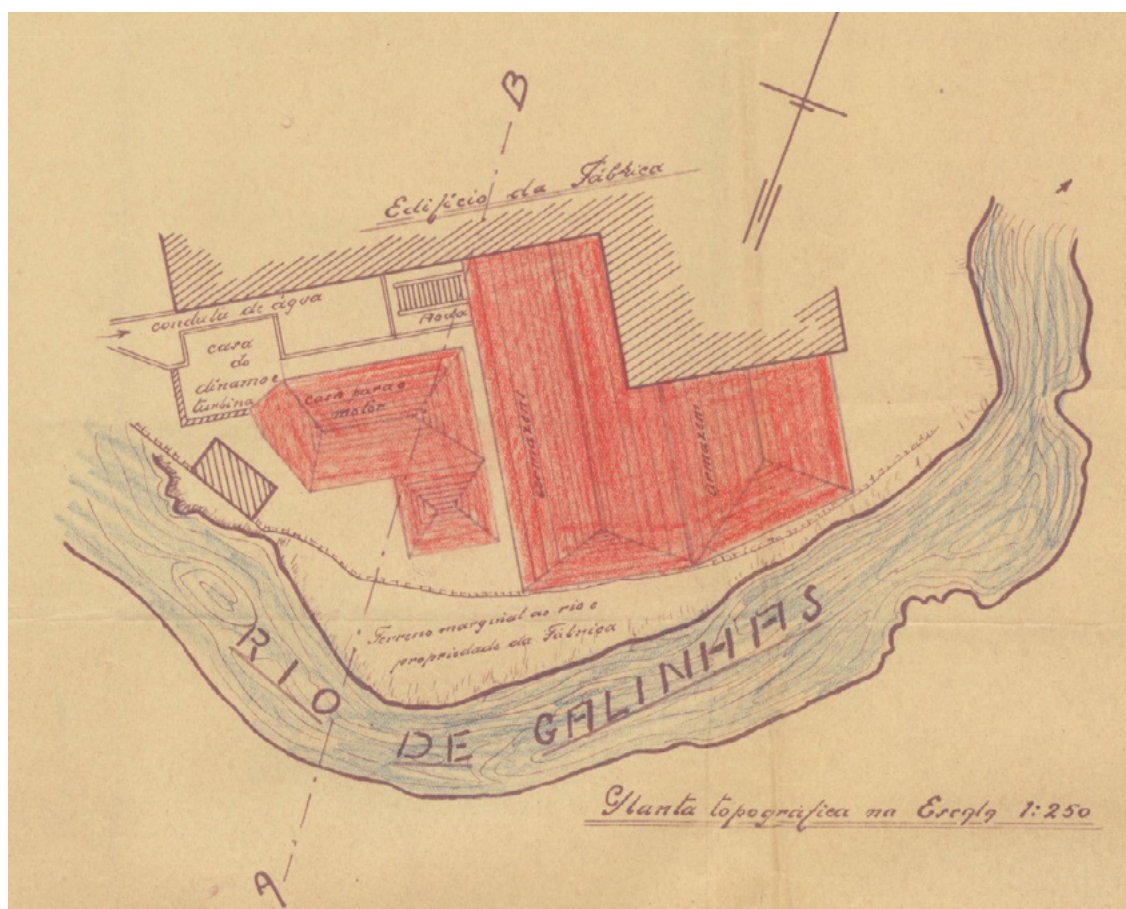


Figura 8 – Planta com a casa onde foi instalado o motor, em 1939. Escala 1:250. Fonte: Arquivo APA.

No final do ano de 1939 irá ocorrer uma importante transformação na sociedade que explorava a Fábrica, com a reforma total do seu pacto social, o qual foi inteiramente substituído, embora continuasse a adoptar a denominação de Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, Limitada. Consequentemente, o capital social – que se manteve nos 70.000\$00 – passou a estar assim distribuído:

Quadro II

Fábrica de Papel do Marco de Canaveses: distribuição do capital social (1939)

Nome	Capital
Alberto Poirier Jorge Rodrigues	31.500\$00
António Alves Póvoas	31.500\$00
Tito Alves Póvoas	3.500\$00
D. Maria Suzette Santos Fernandes Poirier Rodrigues	3.500\$00
Total	70.000\$00

Fonte: ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Notário Noronha Galvão, escritura lavrada em 6 de Dezembro de 1939.

Os novos gerentes distribuiriam entre si as respectivas funções, ficando inicialmente estabelecido que a parte técnica da Fábrica passava a ser da responsabilidade de Alberto Poirier Jorge Rodrigues, e a parte administrativa a cargo de António Alves Póvoas. A nova empresa passaria a dispor da sua sede e escritório em Lisboa, na avenida 24 de Julho, n.º 102.

Em Abril de 1942, a Fábrica de Papel do Marco de Canaveses solicitou autorização (Figura 9) para construir um muro de suporte aos terrenos sobranceiros ao rio de Galinhas, e também de umas sentinas para uso dos seus operários (em substituição das existentes) mas, apesar de o pedido ter sido efectuado novamente em Novembro desse ano, os Serviços da Hidráulica do Douro acabaram por não dar resposta, em virtude do mesmo ter sido desdobrado⁷.

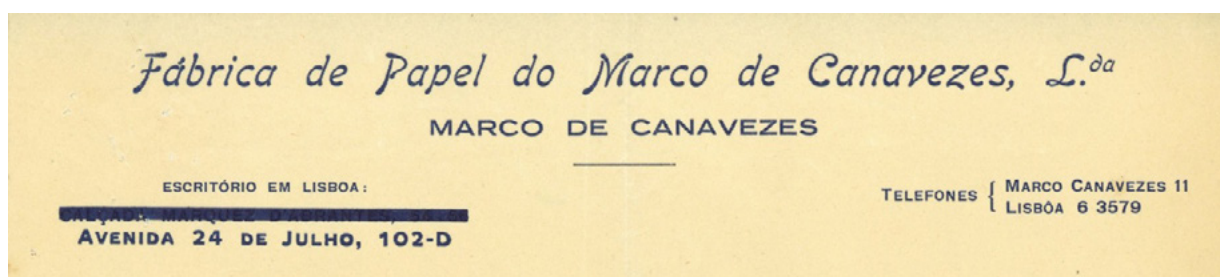


Figura 9 – Cabeçalho do papel timbrado da Fábrica, em 1942. Fonte: Arquivo APA.

Em Setembro do ano seguinte a gerência da Fábrica voltou a insistir, argumentando que já tinha apresentado a planta e a memória descritiva do projecto, de acordo com a legislação, e que a construção do muro era bastante urgente, sob a pena de desperdiçarem a estiagem ainda em curso de modo a que as obras fossem mais fáceis de realizar. O muro de suporte era indispensável para sustentar as terras que, com as cheias do rio, se iam desagregando e consequentemente comprometendo a segurança do canal condutor de água para a Fábrica. Por seu turno, “o canal como tinha de ser reparado devido ao leito do mesmo deixar fugir muita água o que no tempo da estiagem nos causa grande deficiência, aproveitou-se a ocasião para

⁷ Na realidade, o pedido já tinha sido efectuado em Fevereiro de 1941.

se fazer um mais direito tirando àquele curvas e alargando a passagem para o pessoal ...”⁸(Figura 10).

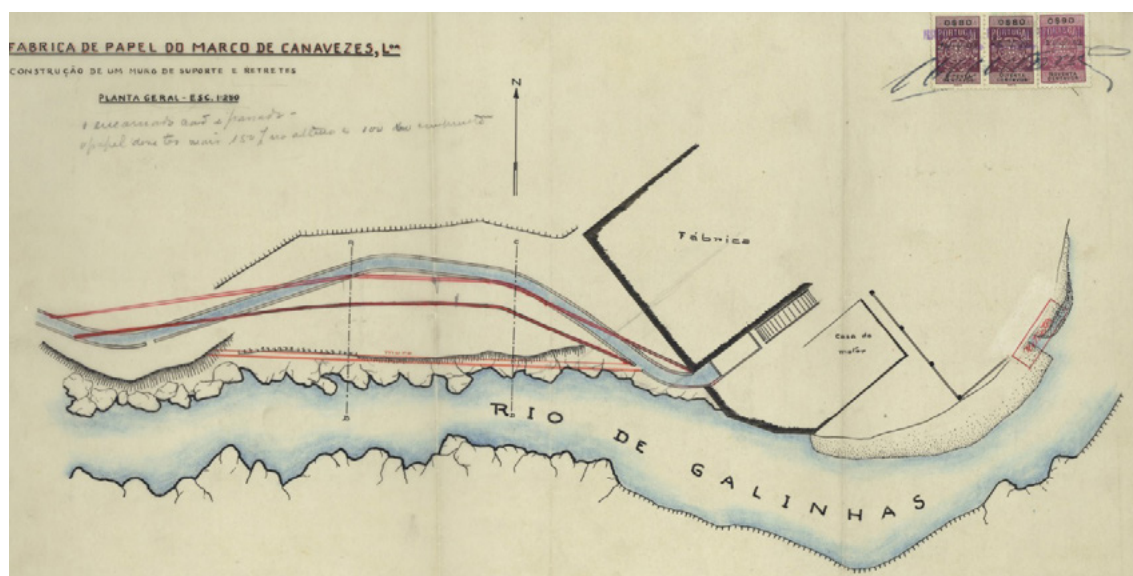


Figura 10 – Planta da Fábrica, em 1942, vendo-se a localização da roda hidráulica. Esc.: 1:250.

Fonte: Arquivo APA.

Apesar de ainda não dispor de autorização, em Outubro de 1943 a Fábrica de Papel do Marco de Canaveses avançou com a construção do muro⁹. Deste modo, em 29 de Dezembro desse ano, através do Diploma de Licença n.º 26, a Direcção de Hidráulica do Douro virá autorizar a legalização da construção do muro de suporte, “com o comprimento de 42,00 m e a altura de 3,55 m a montante e 5,60 m a jusante, de harmonia com o projecto aprovado, (...) [sublinhando que] a concessionária não poderá executar quaisquer obras ao abrigo do presente diploma, que apenas legaliza as obras feitas sem licença”¹⁰.

O ano de 1942 irá ser bastante importante para a Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, em virtude de no decurso do mesmo ter surgido um problema que virá a ter significativas repercussões no seu futuro. O problema, que pela sua importância envolveu autoridades como o Administrador do Concelho, o Presidente da Câmara de Marco de Canaveses e o Governador Civil do Porto, dizia respeito a divergências relacionadas com o aproveitamento do caudal do Rio de Galinhas, entre os lavradores locais e a gerência da Fábrica. Para a plena apreensão da complexidade do problema é necessário referir a extensa informação que os Mestres de Valas incumbidos de efectuar o relatório da situação apresentaram ao Engenheiro-Chefe da respectiva Secção da Direcção de Hidráulica do Douro. Assim:

8 Memória descritiva apresentada pela Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, em 24 de Abril de 1942. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, Proc.º 601/1942.

9 Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Construir um muro de suporte”, Proc.º n.º 3.158/1942

10 Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Construir um muro de suporte”, Proc.º n.º 3.156/1942.

“Existe no leito do Rio de Galinhas, além do primeiro açude, a jusante, que deriva águas para accionamento da Fábrica do papel e de alguns campos de lavradio, mais dois açudes, sendo um para embalse de águas, para os moinhos indicados no croquis [Figura 11], n.ºs 2 e 3, e um outro, denominado do Salto de Cima (Figura 11), para represamento de águas para rega e que são conduzidas de uma levada situada na margem direita, e também para accionamento de um moinho, da margem esquerda, n.º 1 (...).

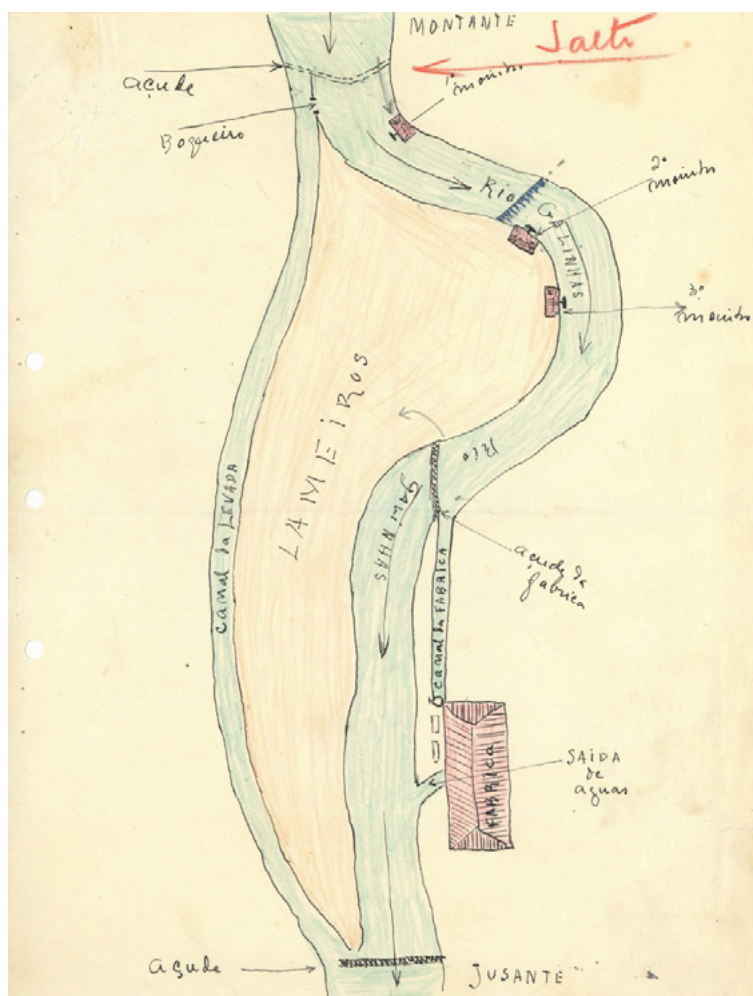


Figura 11 – Planta com a localização do açude do Salto de Cima. Fonte: Arquivo APA.

Pode-se pois concluir, porque assim é, que este açude do Salto de Cima, represa águas com dois destinos absolutamente distintos, um para fertilização de prédios de lavradio e outro para embalse de águas destinadas á laboração do moinho n.º 1.

O aproveitamento é feito, pois, indistintamente durante todo o ano, à excepção de um período, compreendido entre 29 de Junho a 29 de Agosto, em que as águas são, em determinados dias, repartidas para o moinho e para os proprietários da levada de consortes.

É pois este o ponto capital da questão, que deu origem à representação apresentada (...), pois que a água do Rio de Galinhas durante o período que vai de 29 de Junho a 29 de Agosto e que é represada

no açude do Salto de Cima pertence por direito ao proprietário do 1.º moinho a partir do por do sol das 2.ªs feiras até às 4.ªs feiras, às 7 horas da manhã, deste mesmo dia a partir das 20 horas até às 6.ªs feiras às 6 horas da manhã, deste mesmo dia a partir das 20 horas até às 4 horas do dia seguinte (Sábado), horas solares, e do Sábado a partir do por do sol até às 2.ªs feiras ao nascer do sol, o qual, se as não utiliza, por insuficiência de caudal no funcionamento daquele, isto é, quando não necessita delas, as deve deixar seguir livremente o seu curso normal ou seja o curso do Rio de Galinhas, a fim de as mesmas poderem ser aproveitadas nos açudes de jusante, por quem de direito, ou sejam, os proprietários dos moinhos 2 e 3 e possivelmente pela Fábrica de Papel do Marco Lda. e outros.

Em virtude das condições em que se encontra presentemente o açude do Salto de Cima, bastante assoreado, as águas uma vez abandonadas pelo proprietário do moinho, que as não utilizou, seguem indevidamente nesses dias o curso da levada de consortes, o que dá origem a que também indevidamente os mesmos delas se aproveitem, originando, por parte dos proprietários de jusante virem fazer o desvio nesses dias, num boteirão actualmente existente na levada particular.

Em face do exposto temos a honra de submeter a mui digna apreciação de V. Ex.^a as conclusões a que foi possível chegar:

1.º – Que o açude seja convenientemente desassoreado, a fim de não ser possível efectuar-se, por parte dos lavradores, o desvio ou descaminho das águas para a levada, em dias em que estes a elas não têm direito.

2.º – Que no açude do Salto de Cima seja aberto um descarregador de fundo, junto à margem esquerda, munido de comporta de madeira a manobrar pelo proprietário ou arrendatário do moinho (n.º 1) existente nessa margem, a fim de as águas seguirem o seu curso natural uma vez as não utilize para o fim a que por direito as destina, ou então a fazê-las seguir pelas condutas forçadas do seu moinho, evitando assim que os proprietários de jusante se sintam num direito que lhes não assiste (...) dando origem à repetição de conflitos como este que se acaba de observar.

Achamos conveniente comunicar a V. Ex.^a que se por ventura a Fábrica de Papel do Marco de Canaveses Lda. paralisou a sua laboração, fê-lo por livre arbítrio dos seus dirigentes, visto que como se comprova pelo auto de declarações (...), sempre tem laborado de noite e de dia, mesmo nos dias em que as águas do açude do Salto de Cima lhes não pertencem”¹¹.

Como seria de esperar, a posição da gerência Fábrica de Papel era diferente, considerando que contrariamente ao que se encontrava estipulado nos “usos e costumes” locais, naquele ano “*alguns*

¹¹ Informação dos Mestres de Valas, de 26 de Agosto de 1942. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Reclama contra o facto de vários proprietários utilizarem a água destinada à sua fábrica”, Proc.º n.º 789/1942.

*lavradores que se servem da levada tomaram conta da água toda e proibiram que esta seja deitada ao Rio, alegando que um moleiro que está instalado perto dessa levada*¹² necessitava de a utilizar, o que aquela gerência considerava um abuso e uma ilegalidade, acusando um Guarda-Rios de conivência com os referidos lavradores. Em virtude da falta de água, a gerência decretara a suspensão da laboração da Fábrica, com prejuízo para os cerca de 100 operários, e respectivas famílias, que da mesma dependiam.

Por fim, o Chefe daquela Secção da Hidráulica do Douro propôs, como solução, que se devia *“impor ao industrial do primeiro moinho da margem esquerda a obrigação, quer o moinho trabalhe, quer não, deixar passar as águas nos dias que lhe estão destinados, pois se ele não as aproveitar, aproveitarão os industriais de jusante, se quiserem, entre os quais a Fábrica de Papel do Marco de canaveses”*¹³.

Apesar dos problemas relacionados com a falta de água durante o estio, a situação económica da Fábrica de Papel do Marco de Canaveses parecia ser bastante prometedora, como o comprova o conjunto de obras de ampliação desencadeado a partir de agora. Assim, em Janeiro de 1943, solicitou a legalização de uma construção destinada à instalação de uma caldeira a vapor para a secagem do papel fabricado por meio de cilindros mecânicos, que se encontravam instalados noutro corpo da fábrica. De acordo com a Memória Descritiva, *“há muito se sentia a falta desta instalação, por quanto o papel fabricado tinha de ser seco ao ar, estando sempre à mercê do tempo a sua secagem, o que de inverno nos ocasionava a paralisação da fábrica, pela acumulação de papel fabricado que aguardava a seca, o que, com a invernia era impossível secar”*¹⁴. Em Maio do ano seguinte, a gerência da Fábrica solicitou uma autorização múltipla, para realizar várias obras de ampliação das instalações fabris, entre as quais dois armazéns (Figura 12), que eram *“de grande necessidade para a recolha de matérias-primas”*¹⁵, um andar sobre os armazéns existentes, destinado a *“refeitório de pessoal operário e serviço de acabamentos”*¹⁶ e,

12 “Exposição do Gerente da Fábrica de Papel do Marco de Canaveses”, Lda, de 18 de Agosto de 1942. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Reclama contra o facto de vários proprietários utilizarem a água destinada à sua fábrica”, Proc.º n.º 789/1942.

13 “Comunicação n.º 2.197 ao Engenheiro Director da Direcção de Hidráulica do Douro”, de 28 de Agosto de 1942, Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Reclama contra o facto de vários proprietários utilizarem a água destinada à sua fábrica”, Proc.º n.º 789/1942.

14 “Memória Descritiva”, de 28 de Janeiro de 1943, Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Legalizar a construção de uma parede”, Proc.º n.º 2.591/1943.

15 “Memória Descritiva”, de 1 de Maio de 1944, Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Construir dois armazéns”, Proc.º n.º 843/1944.

16 “Memória Descritiva”, de 1 de Maio de 1944, Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Construir um andar sobre os armazéns existentes”, Proc.º n.º 844/1944.

finalmente, “um novo corpo de edifício na sua fábrica, em prolongamento do antigo edifício”¹⁷.

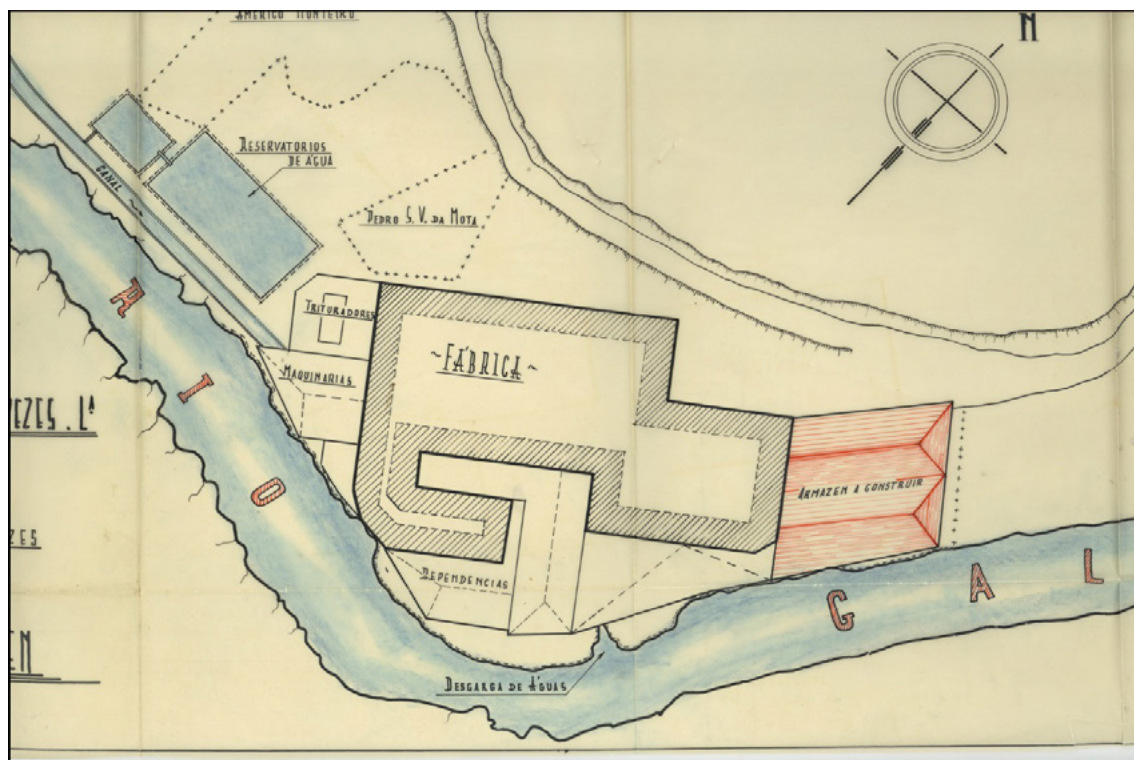


Figura 12 – Planta com os armazéns a construir. Fonte: Arquivo APA.

Para além destas obras de ampliação das instalações, a gerência da Fábrica de Papel solicitou também autorização para a instalação de uma nova roda hidráulica, com a potência de 10 HP (Figura 13), considerada “*de absoluta necessidade para fazer accionar o nosso dínamo de iluminação, para evitar de ficarmos às escuras quando surge qualquer avaria na roda grande, que faz accionar as outras máquinas da fábrica*”¹⁸.

17 “Memória Descritiva”, de 1 de Maio de 1944, Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Construir em pedra um novo corpo da fábrica”, Proc.º n.º 846/1944.

18 “Memória Descritiva”, de 1 de Maio de 1944, Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Colocar uma roda hidráulica na margem esquerda do rio Galinhas”, Proc.º n.º 845/1944.

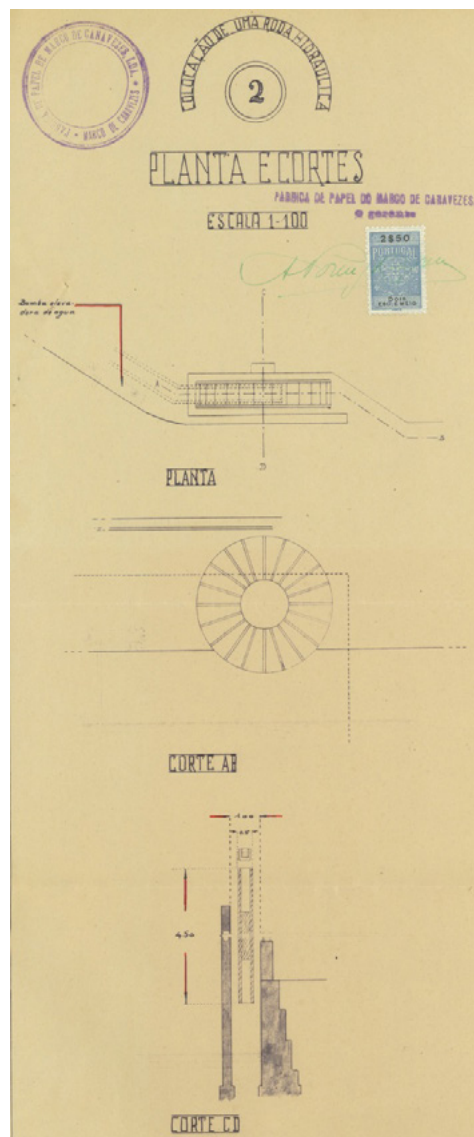


Figura 13 – Planta e cortes da nova roda hidráulica, com a potência de 10 HP. Esc.: 1:100.

Fonte: Arquivo APA.

Apesar da importância que atribuía à instalação desta roda hidráulica, a gerência da Fábrica veio a desistir da mesma após a Direcção de Hidráulica do Douro lhe ter solicitado a apresentação de um novo requerimento e projecto de obras, por os apresentados não se encontrarem nas devidas condições.

Mas a obra mais ambiciosa que a gerência Fábrica de Papel do Marco de Canaveses apresentou à Direcção de Hidráulica do Douro naquele mês de Maio de 1944 foi a da

“instalação de uma bomba de 4” (cerca de 40.000 litros por hora) no Rio de Galinhas, e imediatamente à saída da água utilizada pela nossa Fábrica de forma a reconduzir a água à levada que fica em frente, da qual se servem os cultivadores. Para esse efeito necessitamos de fazer igualmente uma pequena barragem desmontável de 50 cm de altura, para se poder mergulhar o tubo aspirador, sendo esta barragem feita com quatro pilares e cinco portadas, as quais serão retiradas no inverno”¹⁹.

¹⁹ “Requerimento da Fábrica de Papel do Marco de Canaveses”, de 1 de Maio de 1944. Arquivo da Agência Portuguesa do

A fim de reforçar o pedido, o gerente da Fábrica, Alberto Poirier Jorge Rodrigues, salientava que aquele empreendimento, *“além de ser um grande auxílio à agricultura, e por isso de grande interesse à ‘Economia Nacional’, vem acabar com as divergências constantes provocadas pela falta do precioso líquido, pois se a nossa fábrica não pode passar sem a água para laborar, pois tem 150 pessoas empregadas, também os cultivadores não podem perder as suas colheitas. Desta maneira a água que habitualmente seguiria pela levada, vinha directamente à nossa fábrica e depois reposta na dita levada”*²⁰.

Não obstante o tom conciliatório e da oferta da solução para um problema grave que ainda persistia, no inquérito público aberto para a auscultação de opiniões sobre a construção da obra foram apresentadas inúmeras reclamações contra o pedido da respectiva licença. O documento que os seus autores apresentaram, e que irá inviabilizar a pretensão da gerência Fábrica de Papel, era extremamente duro nas acusações que lhe fazia:

“Se alguém (...) viesse dizer-nos que a firma requerente estava animada da intenção que manifesta expressamente no seu requerimento – o pretender preparar as condições indispensáveis para que aos prédios dos seus vizinhos cultivadores, e que não são os requerentes, não falte, na época da estiagem, água indispensável para as regas – confessamos (...) que não acreditaríamos; mas como tudo isto o vemos escrito em bom papel, se os factos passados e presentes não desmentissem essa intenção, como efectivamente a desmentem, acreditá-lo-íamos.

Com efeito, de há uns tempos a esta parte que os referidos signatários vêm notando que a firma requerente tem procurado, sobretudo na época da estiagem, e por meios nada legais, prejudicar os interesses deles signatários, impedindo o natural curso das águas, que iriam irrigar os seus sequiosos prédios.

Na verdade, o desaforo da mencionada firma requerente assumiu tais proporções que no ano findo [1945] a levou – sem prévia licença de V. Ex.^a segundo supomos – à construção de um grande depósito, com capacidade para uns milhares de pipas de água, construção essa feita na margem esquerda do dito rio de Galinhas, em terreno contíguo à sua fábrica. (...)

Efectivamente, a firma referida pretendia e pretende, sem dúvida, nada mais, nada menos do que levar aos signatários um total, absoluto e irreparável prejuízo, pois que, o que ela procura ansiosamente é, captando novamente as águas por ela já utilizadas, reconduzi-las, não para a levada que fica em frente da sua fábrica, como, aliás, quer fazer acreditar a quem ler o seu requerimento (...), mas sim reconduzi-las de novo para o depósito (...), para mais uma vez serem por ela aproveitadas, e assim sucessivamente. (...)

Porque os signatários são donos e legítimos possuidores de prédios rústicos, que ficam situados

Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, Proc.º n.º 842/1944.

20 “Memória Descritiva”, de 1 de Maio de 1944, Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, Proc.º n.º 842/1944.

na margem direita do dito rio, e a jusante da também já dita fábrica de papel da firma requerente, prédios esses que desde tempos imemoriais são irrigados pelas águas do referido rio, por gozarem de direitos que jamais alguém poderá contestar, esperam os mesmos signatários que V. Ex.^a não somente indeferirá o requerido pela dita firma (Figura 14), mas ainda se dignará ordenar à mesma firma que desfaça, total e completamente o referido depósito (Figura 15) visto ter sido construído à margem da lei e ir prejudicar, seriamente, os prédios dos ditos signatários”²¹.

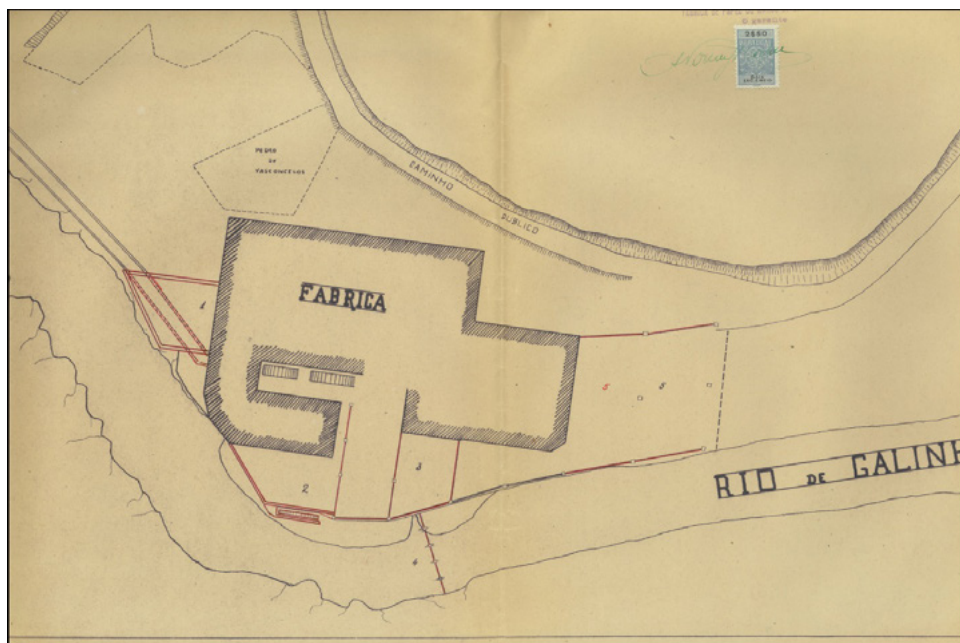


Figura 14 – Planta com a indicação do novo corpo da Fábrica. Esc.: 1:250. Fonte: Arquivo APA.

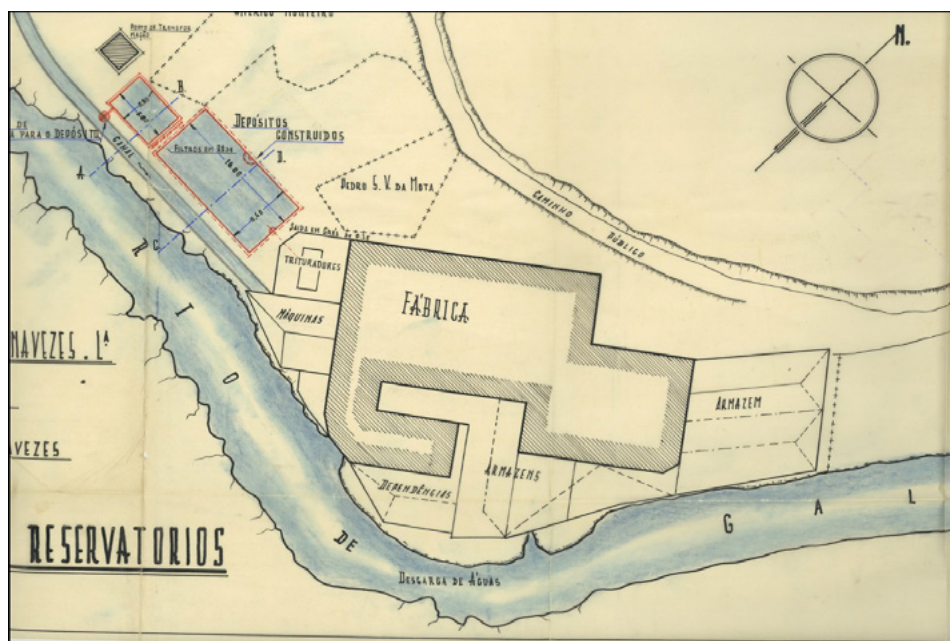


Figura 15 – Planta com os depósitos. Esc.: 1:250. Fonte: Arquivo APA.

21 “Reclamação apresentada ao Engenheiro Director da Direcção Hidráulica do Douro”, 14 de Fevereiro de 1946. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, Proc.º n.º 842/1944.

Perante esta reclamação, a Direcção de Hidráulica do Douro intimou a gerência da Fábrica de Papel do Marco de Canaveses a “*repor tudo no seu primitivo estado*”²², o que aquela acatou, desistindo assim da construção da barragem e, consequentemente, da sua tentativa de resolução do problema da falta de água durante o período estival. Relativamente aos dois reservatórios, que tinham sido construídos sem ter sido solicitada previamente a respectiva autorização, em 15 de Junho de 1947 a gerência da Fábrica de Papel veio finalmente solicitar a sua legalização:

*“Os reservatórios em referência, foram, como se indica nas plantas, construídos de pedra e argamassa de cimento, ao longo do canal da fábrica, do qual recebem as águas. São em número de dois esses depósitos, um com as dimensões 5,80 X 5,50 X 3,20 e outro com as dimensões de 16,00 X 8,40 X 3,20, e a cubagem respectivamente de 102,800 e 430,800 metros cúbicos. As águas ali depositadas destinam-se a consistir uma reserva permanente de águas limpas para assegurar a laboração da fábrica, no que respeita à preparação da pasta de papel, depois do que são lançadas à corrente”*²³.

Concedida inicialmente “a título precário”²⁴, a licença veio posteriormente a tornar-se definitiva.

Não dispomos infelizmente de elementos de natureza económica sobre a actividade da Fábrica de Papel do Marco de Canaveses mas, muito provavelmente, a boa situação que registava no final da II Guerra Mundial, tal como aconteceu então de um modo geral com a indústria portuguesa, leva-nos a acreditar que tal esteve na base da ampliação das suas instalações fabris, decidida precisamente em Maio 1944, como referimos anteriormente. Verificou-se, uma vez mais, que a gerência realizou primeiro as obras – não só as da ampliação das instalações como a da construção dos dois armazéns –, solicitando posteriormente, em 15 de Junho de 1947, a sua legalização.

De acordo com a Memória Descritiva tratava-se do “*prolongamento das suas instalações, para o lado sul (...). A ampliação foi feita em pedra e cimento, coberta de telha, constituída por 3 pavimentos, ocupando a área coberta de 128 m². Esta dependência destina-se ao acabamento e seca de papel*”²⁵.

Não ficaram por aqui as obras de ampliação da Fábrica. Na mesma data foi também solicitada,

22 “Comunicação n.º 6.826 ao Engenheiro Director da Direcção de Hidráulica do Douro”, de 30 de Setembro de 1946. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, Proc.º n.º 842/1944.

23 “Memória descritiva e justificativa”, de 15 de Junho de 1947. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Legalizar a construção de dois reservatórios de água que construiu”, Proc.º n.º 784/1947.

24 “Diploma de Licença n.º 1.209”, de 5 de Setembro de 1947. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Legalizar a construção de dois reservatórios de água que construiu”, Proc.º n.º 784/1947.

25 “Memória Descritiva”, 15 de Junho de 1947. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Legalizar o prolongamento das suas instalações com a construção de um aumento constituído por 3 pavimentos, com paredes de pedras, soalhos de madeira e cobertura de telha francesa”, Proc.º n.º 758/1947.

autorização para proceder à “*ampliação do seu edifício com uma dependência de dois pavimentos, rés-do-chão e primeiro andar* (Figura 16), *ocupando a superfície de 65,360 m², onde no primeiro pavimento (...) a instalação de duas ‘galgas’, em pedra, com diâmetro de 1,35 m e a espessura de 0,45 m, as quais são accionadas pela força motriz eléctrica da fábrica, já instalada desde longa data, para ali transmitida por uma linha de eixo*”²⁶.

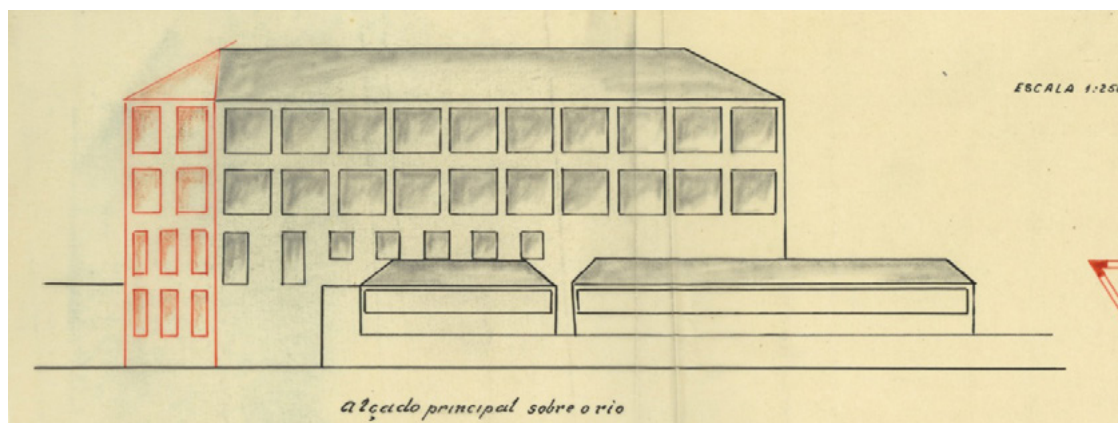


Figura 16 – Planta com o alçado principal sobre o rio e a planta do 1.º andar. Esc.: 1:250. Fonte: Arquivo APA.

As obras que a gerência da Fábrica se propunha realizar seriam efectuadas com paredes de alvenaria revestidas a argamassa de cimento, sendo a sua cobertura, assim como os pavimentos, em cimento. As portadas e janelas seriam em madeira e vidraça. Quanto às galgas que seriam instaladas (Figura 17), destinavam-se a triturar e maçar desperdícios de papel a fim de ser preparada a pasta de papel.

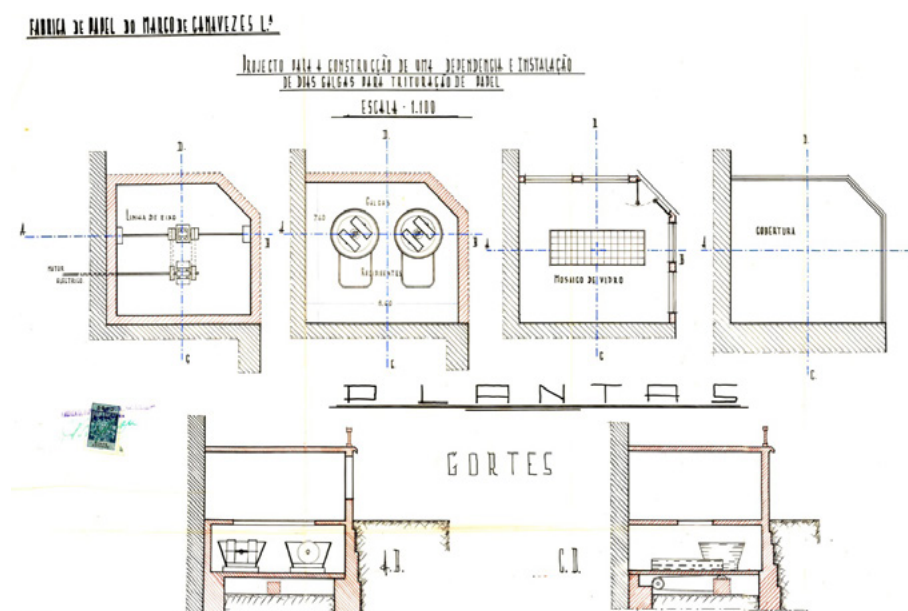


Figura 17 – Plantas com o projecto para a construção de uma dependência para duas galgas para trituração de papel. Esc.: 1:100. Fonte: Arquivo APA.

26 “Memória Descritiva e Justificativa”, 15 de Junho de 1947. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Ampliação das suas instalações, construindo uma pequena dependência de dois pavimentos”, Proc.º n.º 759/1947.

Apesar do desenvolvimento que a Fábrica de Papel do Marco de Canaveses tinha registado nos últimos anos e, muito provavelmente, decorrendo dessa situação, no início da década de 1950 era cada vez mais premente resolver o problema da falta de água durante o estio, em relação ao qual, como vimos, já tinha ensaiado uma solução, que contudo não dera resultado.

Assim, em Novembro de 1954, a gerência da Fábrica de Papel trouxe de novo o problema à ordem do dia, solicitando a respectiva autorização à Direcção de Hidráulica do Douro. Os argumentos agora utilizados sublinhavam o facto da Fábrica de Papel ter tido início

“numas reduzidas instalações, e, para seu accionamento, aproveitava o potencial hidráulico que lhe fornecia o Rio de Galinhas, em cuja margem esquerda fica situada. Presentemente possui posto de transformação próprio.

As águas, para aquele efeito, eram derivadas por um antigo açude existente naquele rio, logo a montante das instalações, de eduzida capacidade.

Sofreu a fábrica várias ampliações, e, hoje ocupa uma vasta área coberta e proporciona trabalho a uma centena de operários, pelo que, a coloca, sem dúvida, em lugar evidente entre as congéneres, e a mais importante no norte do País.

Com o desenvolvimento da indústria, passou-se a reconhecer a insuficiência de água, elemento indispensável no fabrico. Para remediar essa falta, fez a fábrica construir em tempos, dois tanques-reservatórios, onde armazena águas vindas do açude, dada a sua falta de capacidade.

Notou-se porém, que essa obra não veio satisfazer as necessidades, e que tais reservatórios, embora com certa capacidade, de verão, eram insuficientes.

Além disso, impõe-se ali uma reserva de água para acudir a qualquer incêndio que numa indústria destas é possível.

Com vista a remediar esses inconvenientes, propõe-se a Fábrica de Papel do Marco, Lda., na impossibilidade de melhorar as condições do seu açude actual, a construir um outro, mais a jusante do existente 30 metros, em local que reputa ideal para levar a efeito essa obra, porquanto a natureza do terreno e do Rio permite uma larga albufeira, como também a margem, um perfeito travamento, visto ser flagrante a natureza do terreno da margem direita, que apresenta um afloramento de rocha muito apreciável. Na margem esquerda, o travamento será feito no muro de suporte, tal como indica o projecto.

O açude será construído em alvenaria e cimento, medindo no coroamento 8,70 m, e de altura 6,00 m. Ficará com dois descarregadores, um de superfície, e outro de fundo, medindo cada um, respectivamente, 1,50 m de largura por 2,00 m de altura, e 1,50 m por 1,00 m.

Para assegurar a subida do peixe, será feito junto à margem direita um plano inclinado.

Junto apresenta-se projecto das obras (Figuras 18 e 19), e esclarece-se que a água apenas se destina à manufactura de papel²⁷.

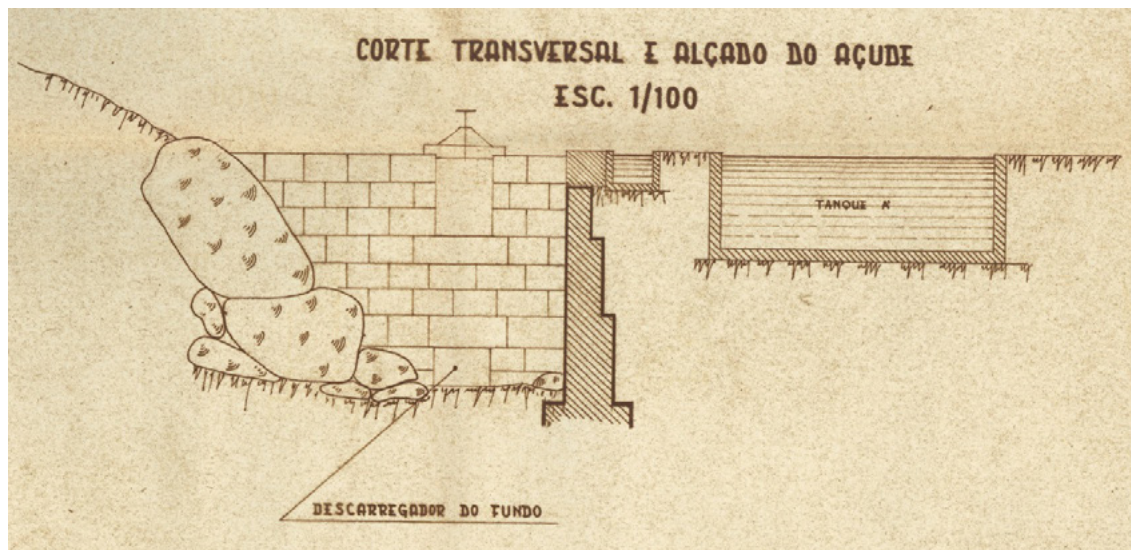


Figura 18 – Corte transversal e alçado do açude a construir. Escala 1:100. Fonte: Arquivo APA.

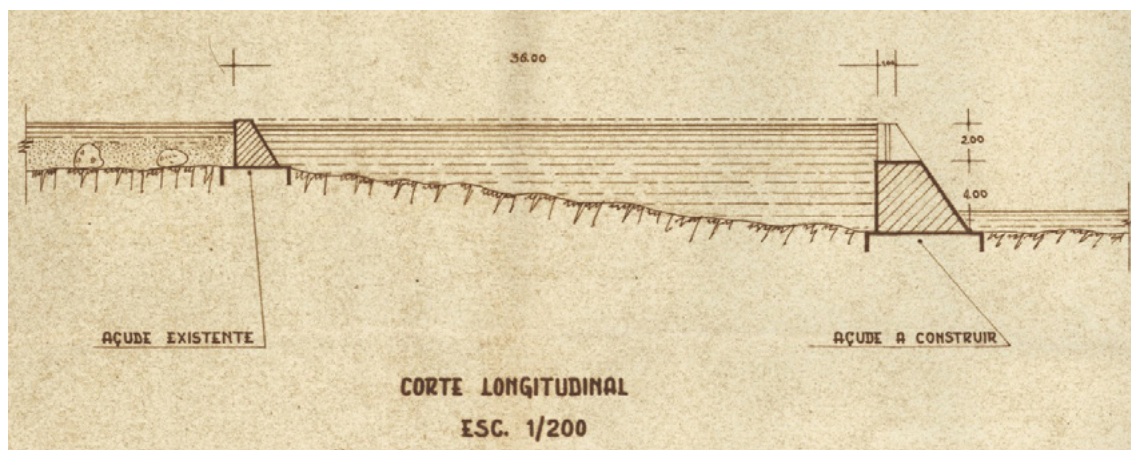


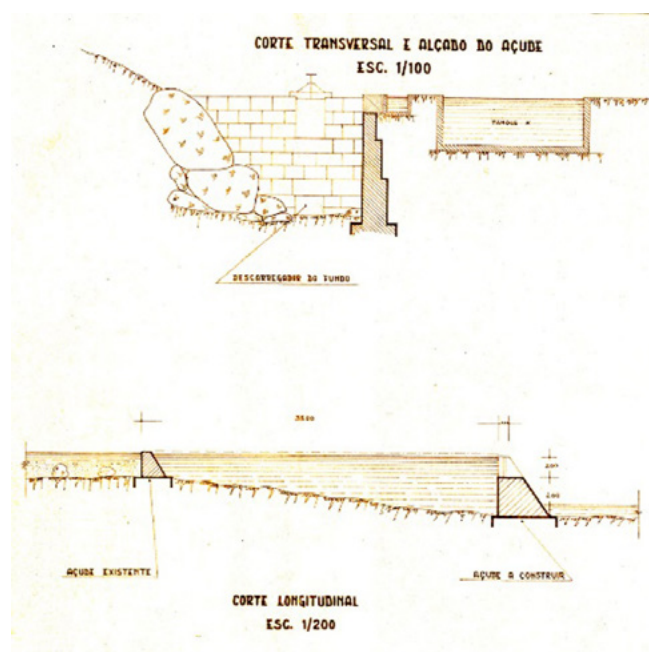
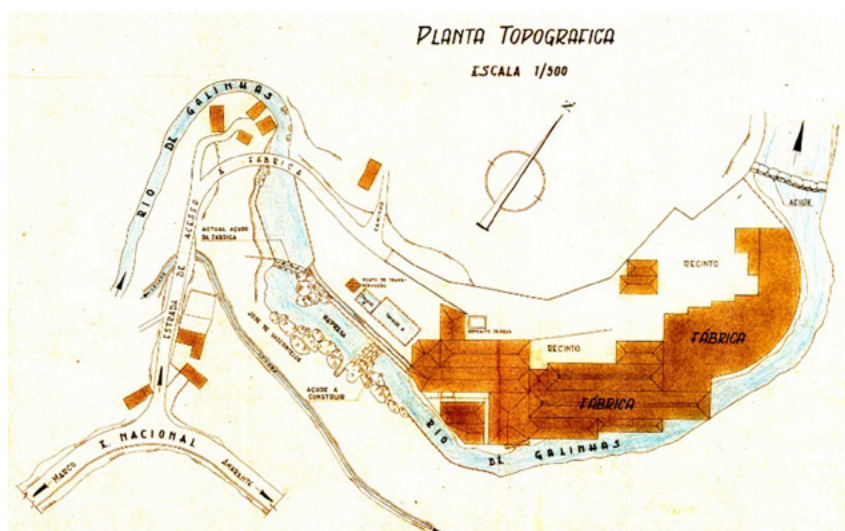
Figura 19 – Corte longitudinal do açude a construir. Escala 1:200. Fonte: Arquivo APA.

Aberto o inquérito público, em 15 de Dezembro de 1954, foram apresentadas três reclamações por parte de proprietários vizinhos, solicitando o indeferimento do pedido da Fábrica, com a justificação de que a construção do novo açude iria “*tirar o direito a águas de rega dos seus terrenos*”²⁸. No entanto, as Informações – tanto do Lanço como da Secção – foram positivas, em particular a do primeiro:

27 “Memória Descritiva”, de 6 de Novembro de 1954. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Aproveitamento de águas do Rio Galinhas”, Proc.º n.º 65/1924.

28 “Reclamação”, de 27 de Dezembro de 1954. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Aproveitamento de águas do Rio Galinhas”, Proc.º n.º 65/1924.

“Resume-se o pedido da Fábrica de Papel do Marco em substituir o seu velho açude por outro que reúne melhores condições no represamento das águas da corrente indispensável à laboração da sua indústria (Figuras 20 e 21), não só como elemento motriz, como fabricante (sic). Existe, de tempos imemoriais, o açude de que beneficia a fábrica, o qual se encontra localizado e em condições tais que não merece sua reconstrução. (...)”



29 “Informação do Chefe do 8.º Lanço”, de 12 de Janeiro de 1956. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Aproveitamento de águas do Rio Galinhas”, Proc.º n.º 65/1924.

Contudo, na Informação da Secção, o Engenheiro-Chefe, não obstante considerasse que o assunto era delicado, *“pois as sobras, com a constituição do açude, ficarão certamente diminuídas e virão a afectar os proprietários de jusante”*³⁰, também admitia que o pedido era de deferir, propondo contudo uma visita ao local.

A solicitação da gerência da Fábrica de Papel para a construção de um novo açude deverá ter caído num impasse, agravado por uma “Notificação” da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, exigindo a legalização do seu aproveitamento hidráulico, *“porquanto a licença n.º 128/924 foi concedida para a instalação uma turbina para uma potência de 12 H.P. e o que actualmente lá existe é uma roda hidráulica da potência de uns 30 H.P.”*³¹. Na realidade, tratava-se de um equívoco daqueles Serviços, pois como o comprova um ofício posterior da Direcção-Geral dos Serviços Industriais, a Fábrica de Papel dispunha de *“duas rodas hidráulicas, de 10 C.V. cada, ambas accionadas por cima, e uma turbina hidráulica, de 21 C.V., todas vistoriadas em 18 de Junho de 1937”*.

No início de 1958 eram já claras as dificuldades com que a Fábrica de Papel do Marco de Canaveses se defrontava, nomeadamente pela não resolução atempada do pedido para a construção do novo açude – em 29 de Abril de 1957, a autorização ainda se encontrava pendente –, as quais vieram agravar a sua situação económica, que experimentava então algumas dificuldades, nomeadamente junto da banca. No entanto, existiu um outro conjunto de dificuldades que desempenharam um papel decisivo na falência da Fábrica, a qual virá a ser decretada a 28 de Maio de 1958, por sentença do Tribunal Judicial de Marco de Canaveses. Empregava então cerca de 200 operários, dos quais, aproximadamente metade eram do sexo feminino. Como causa próxima desse processo de falência, encontrava-se *“a falência do capitalista que vinha financiando aquela Sociedade, por meio de letras descontadas nos Bancos que agora requerem a falência”*³². O Banco Nacional Ultramarino foi um dos que a requereu, fixando o Tribunal em sessenta dias o prazo para os credores reclamarem os seus créditos e nomeando o Dr. Francisco Vaia de Castro como administrador da massa falida³³. Não pode contudo excluir-se como causa remota, *“alguns erros de administração, que vinham a ser cometidos de longa data. O facto de se encontrarem em dívida, há mais de dois anos, as contribuições devidas à Caixa de Abono de Família e Sindical de Previdência, bem como*

30 “Informação da Secção”, de 16 de Fevereiro de 1956. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Aproveitamento de águas do Rio Galinhas”, Proc.º n.º 65/1924.

31 “Notificação” da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, de 29 de Abril de 1957, no seguimento do ofício do mesmo organismo, de igual teor, de 16 de Março de 1956. Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Fábrica de Papel do Marco de Canaveses, “Aproveitamento de águas do Rio Galinhas”, Proc.º n.º 65/1924.

32 “Esclarecimento (Fábrica do Papel do Marco de Canaveses, Lda.)”, *O Marcoense*, Marco de Canaveses, Ano 42, n.º 1.100, de 13 de Setembro de 1958, p.3.

33 “Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses”, *Diário do Governo*, Lisboa, 3.ª Série, n.º 146, de 24 de Junho de 1958, p. 1567.

*ao Fundo de Desemprego (...) mostra, com efeito, que as dificuldades da administração já eram anteriores à falência do capitalista*³⁴.

A Fábrica de Papel do Marco de Canaveses encontrava-se equipada com maquinaria moderna e eficiente, podendo produzir em boas condições de preço e qualidade, razões pelas quais a colocação da sua produção no mercado se encontrava assegurada. Nestas circunstâncias, pouco tempo depois a sua falência ter sido decretada surgiu de imediato uma proposta para a sua aquisição, que contudo não foi aceite por não prestar as garantias que lhe tinham sido exigidas. No entanto, no início de 1959 a Fábrica já pertencia a uma outra empresa, a Companhia de Papel de Marco de Canaveses, SARL³⁵, com sede em Lisboa, a qual conduzirá os seus destinos até ao seu desaparecimento definitivo como unidade industrial, em 2007. Esse quase meio século de actividade ininterrupta será objecto de análise na segunda parte deste artigo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Direcção Hidráulica – Douro, Processos n.ºs 64/1924, 65/1924, 220/1936, 1343/1939, 601/1942, 789/1942, 3156/1942, 3157/1942, 3158/1942, 2591/1943, 842/1944, 843/1944, 844/1944, 845/1944, 846/1944, 1287/1944, 757/1947, 758/1947, 759/1947, 773/1947, 784/1947.

ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Notário Noronha Galvão, escritura lavrada em 6 de Dezembro de 1939.

Instituto dos Registos e do Notariado, Arquivo Central do Porto, Notário Eduardo dos Santos Maia Mendes, escritura lavrada em 26 de Junho de 1923.

Bibliografia

Grémio Nacional dos Industriais de Fabricação de Papel (1974), *Indústria Papeleira. Esboço de Análise Sectorial, 1960-1971*. Lisboa: Grémio Nacional dos Industriais de Fabricação de Papel.

Publicações Periódicas

A Defesa do Marco, Marco de Canaveses.

Diário do Governo, Lisboa.

O Marcoense, Marco de Canaveses.

³⁴“Esclarecimento (Fábrica do Papel do Marco de Canaveses, Lda.)”, *O Marcoense*, Marco de Canaveses, Ano 42, n.º 1.100, de 13 de Setembro de 1958, p. 3.

³⁵ Os seus administradores eram Mário de Oliveira, Nunes dos Santos e Eng.º Mário Gonçalves.